

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2024-06-29

Registo

PT/UM-ADB/MON/RTG - Recolhimento das Teresas de Guimarães

Nível de descrição	F
Código de referência	PT/UM-ADB/MON/RTG
Tipo de título	Atribuído
Título	Recolhimento das Teresas de Guimarães
Datas de produção	1726 - 1726
Dimensão e suporte	1 doc.
Entidade detentora	Arquivo Distrital de Braga
História custodial e arquivística	<p>Em 30 de maio de 1834 foi publicado o decreto que determinou a extinção das Ordens Religiosas, primeiro as masculinas e, depois, as femininas. No mesmo ano, formulou-se o regulamento de transferência dos bens destas ordens para a Fazenda Nacional. Por arrasto, também os cartórios monásticos foram nacionalizados pois neles se conservavam os títulos de posse e a documentação indispensável à administração dos referidos bens.</p> <p>Estas transferências não foram, na maioria dos casos, bem sucedidas, o que acarretou perdas irremediáveis, nalguns casos totais, no recheio de muitos destes cartórios. Como principais causas apontam-se o abandono a que muitos foram votados; os arrolamentos tardios; os incêndios; a apropriação por particulares; perdas durante o transporte e dádivas abusivas.</p> <p>Em 1917, com a criação do Arquivo Distrital de Braga, todos os documentos existentes nestas repartições foram transferidos para as suas instalações no edifício dos Congregados. Em 1936, ocorreu uma nova transferência, agora para o Paço Arquiepiscopal de D. José de Bragança, atuais instalações deste Arquivo, onde foram colocados no chamado Salão Paroquial.</p> <p>Em 1966, José Mattoso procedeu ao inventário da documentação relativa aos mosteiros beneditinos e em 1983 decidiu-se dar continuidade a este trabalho, inventariando os restantes fundos monásticos e que culminou com a publicação, em 1985, do Inventário do Fundo Monástico Conventual, pelo Arquivo Distrital de Braga.</p>
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Documentação transferida em maio de 1917 da Repartição de Fazenda do Distrito.
Condições de acesso	Acessível, exceto unidades em mau estado de conservação e restrições previstas no regime geral dos arquivos e lei do património cultural (Decreto-Lei nº16/93, de 23 de janeiro e Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).
Instrumentos de pesquisa	Base de dados de descrição arquivística.